

Possibilidades de enriquecimento e vulnerabilidade na trajetória de pequenos comerciantes e lavradores no século XIX em Campinas

Laura Candian Fraccaro*

Durante o decorrer do século XIX, a trajetória de negros livres e libertos de Campinas alterou-se profundamente. A cidade se urbanizou e tornou os espaços do comércio formais, normatizando-os e dificultando a existência paralela do pequeno e informal comércio. (MARTINS, 2001, p.39) As novas posturas exigiam maiores gastos com a manutenção das casas e estabelecimentos como também maior número de taxas sobre a agricultura e o comércio, inscrições, impostos diversos e renovações. (LAPA, 1996, p.20) O comércio que, no início do século, poderia ser uma alternativa para a venda de excedente produzido na lavoura ou mesmo uma atividade, que exigisse um capital inicial relativamente acessível aos egressos da escravidão, passa a requerer não somente um capital inicial maior, mas também uma renda que pudesse arcar com os impostos, multas e taxas.

A partir da análise de documentos como Licença para Negócios, Lista de Habitantes, Autos de Infração de Posturas, Processos e Inventários, tenho como objetivo resgatar trajetórias de pequenos comerciantes e compreender como lidavam com as mudanças que se apresentavam. Para tal utilizo aqui, algumas trajetórias de pardos e pardas, tanto pertencentes à monografia defendida em 2009 quanto à pesquisa de mestrado. (FRACCARO, 2009, p. 11)

No ano de 1863, Anna Joaquina leva uma queixa ao inspetor do quartelão onde morava.¹ Antonio Rodrigues do Sacramento, Prudência Maria da Conceição e seus filhos por vezes passavam em frente à casa de Anna, também botequim, ofendendo-a e atiravam pedras em sua direção e de sua cachorrinha. Anna Joaquina não possuía dinheiro suficiente para arcar com as despesas de um processo e pede ao inspetor que desse um *termo de bem viver* ao casal, que além de briguentos era vistos bêbados gritando pela rua. No Auto de Recurso, a dona de botequim, é descrita pelo inspetor como uma mulher pobre e resignada. Ainda que possuísse registro de seu

* Mestrado em História Social da Cultura na Universidade Estadual de Campinas (em curso)

¹ Centro de Memória da Unicamp. Auto de recurso, 1863, P.: 3516, Of.: 1.

estabelecimento por mais de três anos na Rua da Constituição, aparentemente, não tinha economias para cuidar dessa querela nem poderia correr riscos de perder dinheiro com esse processo.

Em 1860, Joaquim Américo, proprietário de um açougue, foi acusado de vender produto corrompido, burlando o artigo 41º do Código de Posturas.² A partir dos nomes dos pais de Joaquim Américo, pude localizar o fogo em que nasceu, na Lista de Habitantes de Campinas de 1830. Joaquim Américo é listado como pardo livre, assim como seus pais.³

Declarou que apesar de homem pobre e miserável, pagou ao fiscal a multa de 30\$000 réis para não ir à cadeia por oito dias e continuar mantendo os meios de sustentar sua família. O dinheiro foi emprestado de um amigo. Joaquim afirma ainda que pagara a multa porque receava “meter-se em teias judiciais, por que tem medo da justiça, porque quase sempre rebenta a corda pelo mais fraco” e para poder ter sossego.

Tanto Anna Joaquina quanto Joaquim Américo argumentavam que eram pobres e resignados. Joaquim foi além, denunciando que a justiça não era imparcial e que estava ciente da posição que ocupava em relação ao denunciante e às testemunhas de acusação. Mais do que uma forma de sensibilizar o juiz ou se eximir das custas de um processo, a afirmação de pobreza, bastante recorrente entre pardos livres e libertos, pode indicar a dificuldade de se sustentar na atividade comercial.

Anna e Joaquim Américo tiveram trajetórias muito diferentes, mas ainda assim compartilhavam uma vulnerabilidade diária de perder seu sustento. A dona de botequim, também conhecida como Aninha Sigarreira, aquela que faz cigarros, morava em uma rua de pouco prestígio na cidade devido à alta concentração de botequins. Não encontrei seu inventário, provavelmente, porque não tivesse acumulado bens para inventariar. Era solteira com filhas. Seus registros para ter botequim são do ano de 1860, 1861 e 1865. É muito provável que Anna tenha vivido na irregularidade de 1862 a 1864, época da querela, como tantas outras donas de botequim, correndo risco de ter sua mercadoria apreendida e de receber multas. O fato de não arcar com os impostos

² CMU, Infração de Postura, 1860, P:3320 Of: 1

³ Cruzei os nomes dos pais de Joaquim Américo com os nomes coletados na Lista de Habitantes de Campinas de 1830, na qual encontrei o fogo de sua família. AEL Lista de Habitantes, 5ª Companhia, n.º 40. “Lourenço Antônio e Maria.” Um dos filhos é Joaquim, livre, cuja idade calculada a partir do Processo de Infração de Postura permite-me afirmar que é Joaquim Américo.

relativos à venda de aguardente e à renovação de licença para funcionamento não possibilitou uma economia significativa, tendo Anna que evitar processos para não se endividar.

Joaquim, no entanto, tinha um açougue, um estabelecimento mais normatizado que um botequim. Exigiam-se higiene, formas de armazenamento adequadas e ainda pagamento de impostos bastante onerosos sobre a carne fresca, conhecida como carne verde. Certamente, a fiscalização era mais intensa, tanto pelos fiscais quanto pelos consumidores. Em comparação aos seus pais, que eram pequenos lavradores, Joaquim conseguiu uma significativa ascensão. Possuía um açougue bem conhecido e frequentado por moradores ilustres da cidade. Tanto o capital inicial acumulado por Joaquim quanto o capital necessário para o funcionamento do empreendimento eram maiores do que Anna teria que despender para seu botequim. Não eram raras às vezes que as pessoas se aproveitavam de uma janela ou porta para fazer uma bancada de botequim. Apesar das diferenças, Joaquim tem de recorrer a um empréstimo para pagar a multa e Anna também não possuindo dinheiro recorre ao fiscal para resolver seu problema. Mais do que argumentos a serem apresentados em um processo, acredito que Anna e Joaquim compartilhavam a dificuldade de se sustentar e de manter os poucos bens acumulados.

A trajetória de Joaquim Américo pode auxiliar a entender como na primeira metade do século XIX os caminhos para acumulação e mobilidade eram mais acessíveis do que na segunda metade quando as possibilidades se fecham, principalmente para pardos e negros.

Em um primeiro momento, o comércio era feito sem regulação, permitindo que as pessoas vendessem seus excedentes sem qualquer ônus. Paulatinamente, com os Códigos de Posturas, algumas taxas e impostos foram sendo criados, assim como espaços específicos para o comércio. Botequins, lojinhas e pequenas vendas passam a pagar impostos e aqueles que tinham interesse em vender excedentes, só o podiam em horários específicos e lugares como Mercado de Hortaliças, Mercado Municipal e suas proximidades. É muito provável que, em 1830, Joaquim Américo, ainda um menino de 8 anos, tenha visto seus pais conseguirem vender o excedente da lavoura e aumentarem a renda da família.

Kuznesof, em um estudo sobre São Paulo, argumenta que enquanto o mercado de grande produção e consumo não tinha se estabelecido totalmente, setores mais pobres podiam se constituir como mediadores nas transações comerciais entre consumidores e produtores. (KUZNESOF, 1980, p.593-4) Um processo muito semelhante ocorreu em Campinas na produção de café. Quando a agricultura da cidade se volta para a exportação de café, pequenos e grandes lavradores passam a se dedicar a esse cultivo e, cada vez mais, com o aumento do preço do café, esse interesse aumenta.(LAPA, 1996, p.28) Aqueles que cultivavam apenas para subsistência se interessam em produzir um excedente para poder comercializar e atender às demandas da cidade. Os setores de mais baixa renda conseguiram galgar espaço como mediadores, possibilitando um aumento na renda familiar e acúmulo de bens.

Nesse momento, a família de Joaquim poderia ter expandido a sua produção para o consumo próprio para uma produção também voltada para a venda. Antes de 1830, a regulação da venda de excedentes de plantio quase não existia para pequenos produtores, mas com o aumento visível da participação desses pequenos lavradores na venda do comércio da cidade, a câmara de vereadores decide cobrar um *dízimo*.⁴ A cobrança é completamente ignorada pelos lavradores que se negam a pagar pelo *dízimo* e, certamente, a família de Joaquim também não pagou, podendo destinar esse dinheiro para aumentar a produção. Sem ter que destinar parte da renda para pagar impostos, licenças ou, mesmo, multas, a família de Joaquim poderia ter não só produzido e vendido seu excedente como diversificado a produção.

Joaquim e seus familiares encontravam um crescente mercado consumidor e uma concorrência diminuta. As atenções dos médios e grandes agricultores, quicá pequenos, estavam voltadas para a produção de café, como afirma Lapa. Os consumidores se tornavam cada vez mais numerosos. Os moradores do centro da cidade, que aumentavam cada vez mais, não tinham espaço ou tempo ocioso para plantar para o consumo e buscavam no pequeno comércio produtos para compor sua despensa. Para aqueles que produziam alimentos, havia espaço para vender o excedente para outros agricultores ocupados com o café, como também para trabalhadores do

⁴ Não se tem um valor exato para o *dízimo*, pois no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas há apenas uma versão da Postura de 1829, que ainda teria que ser aprovada pela Assembléia Legislativa. Caixa 1.

centro. O momento em que a família de Joaquim vivia era o mais oportuno para arriscar, diversificar a economia doméstica.

Diferentemente do encontrado por essa família, os pequenos agricultores do início do século se deparavam com um mercado consumidor local quase insignificantes e, portanto, se preocupavam mais com se suster de uma forma estável e constante do que produzir para esse mercado consumidor oscilante e diminuto. Eram poucos os domicílios que não se dedicavam ao menos a plantar feijão, milho e arroz. Para o pequeno agricultor, poderia ser muito arriscado investir dinheiro e sua força de trabalho e de seus familiares para produzir um excedente volumoso para o mercado consumidor tão pequeno, já que grandes fazendas também plantavam para seu consumo e, muito provavelmente, para vender.

A partir do cruzamento entre a Lista de Habitantes e inventários é possível compreender como a economia doméstica funcionava podemos ter um esboço do que era necessário para um lavrador produzir e subsistir. Pedro Ribeiro, lavrador pardo, declara na Lista de Habitantes de 1801 que planta para seu consumo. Possuía uma enxada, uma foice e um machado e nenhuma saca de alimentos foi listada.⁵ Não havia excedentes ou dívidas para receber. Produziam o bastante para se alimentarem e para alimentarem os animais. Até mesmo as roupas eram tecidas em casa. Seu cavalo era frequentemente usado por outros pequenos lavradores da família, seu filho e cunhado. Não havia um significativo mercado consumidor que compensasse o risco de investir em mão de obra, mais ferramentas ou até contratar alguém para produzir mais. Não viviam na pobreza, mas o momento econômico que enfrentava não era propício para que pequenos lavradores arriscassem sua renda já pequena para se tornarem pequenos vendedores em um mercado não promissor quanto Campinas nesse momento.

Joaquim quando um jovem adulto encontrou outras possibilidades que não plantar somente para o consumo e para comprar o extremamente necessário. Era possível produzir mais, tendo a certeza de que o alimento seria vendido e que uma pequena ou nenhuma parte da renda doméstica seria usada para arcar com as cobranças das Posturas. O primeiro Código de Posturas Municipal entra em vigor em 1829, mas, como visto, é pouco respeitado tanto pelas autoridades quanto pela população. Os Códigos seguintes trazem novas cobranças e fiscalizações, mas é a partir de 1856 que os

⁵ CMU, Inventário, 1801, Of: 1º P: 74.

custos e fiscalizações ao pequeno comércio se tornam muito onerosas. (FRACCARO, 2009, p. 11) O capital inicial para montar um açougue poderia ter advindo do trabalho que Joaquim fizeram junto aos seus pais e da herança que lhe deixaram.

No entanto, a criação de transportes, novas estradas e a importação de mercadorias trouxeram a concorrência com a larga produção e preços mais baixos. A formalização das atividades comerciais, como Armazéns, Casas de alimentos importados que compravam diretamente de grandes produtores além de acirrar a concorrência incentivou as investidas das autoridades contra pequenos estabelecimentos, principalmente aqueles comandado por pardos livres ou libertos. O crescimento da cidade e o enriquecimento das classes mais altas fizeram com que se exigissem serviços e produtos de maior qualidade. (LAPA, 1996, p.23) Os consumidores e donos de estabelecimentos mais formais, como lojas e armazéns, frequentemente cobravam dos fiscais punições para os pequenos comércios que não tivessem licenças. Comércios que vendessem produtos não especificados, como, por exemplo, botequins que funcionassem como venda ou restaurante, deveriam ser multados. A aglomeração de escravos e libertos em comércios eram também amplamente denunciada pelos jornais como um “teatro da vadiagem.”⁶ Os produtos vendido em tabuleiros ou nas ruas eram também vigiados e constantemente chamados de males, doenças em tabuleiros.⁷

Joaquim Américo consegue se estabelecer como açougueiro, mas, no entanto, deixa de ter acesso à terra, sendo seu comércio a única forma de sustento de sua família, como afirma no Auto de Recurso. Não possui economias para arcar com uma multa e teme os prejuízos de ter seu comércio fechado por oito dias se provado que infringiu a postura. Anna além de não poder entrar com uma queixa não consegue pagar seus registros de forma regular e desaparece das licenças após 1865.

Apesar de serem donos de um comércio, Anna e Joaquim viveram uma condição análoga à vivida por trabalhadores livres e operários. Suas experiências são mais similares a de outros trabalhadores, como vendedores de tabuleiro, lavadeiras do que a de comerciantes da cidade, como Raimundo Luis de Mattos. Este último, depoente no recurso do açougueiro, era dono de um grande botequim, de família abastada com

⁶ *Gazeta de Campinas*, 22/09/1870.

⁷ *Idem*, 06/10/1872.

gerações ligadas ao comércio e ao cultivo de cana de açúcar, como mostra o inventário de sua sogra.⁸ Apesar de possuírem comércio, eram perseguidos, xingados e denunciados por outros comerciantes e financeiramente próximos a muitos trabalhadores livres e viam as possibilidades de mobilidade se esvaindo. Como entender a condição que pequenos comerciantes e lavradores ocupavam nesse momento de intensas mudanças? Era similar à vivida pelos trabalhadores livres ?

Mike Savage, buscando uma visão alternativa da teoria de classes, ressalta “que o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho nem no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores.” As estratégias traçadas por esses trabalhadores estariam ligadas à aguda incerteza diária vivida e não estritamente ligada à função que ocupavam ou à venda sua força de trabalho. (SAVAGE, 2004, p.33)

Savage não foi o primeiro a ressaltar que incerteza seria um fator delimitador da classe. Robert Castel argumenta que os trabalhadores livres acabam por viver em um limiar tênue entre a subsistência e miserabilidade, que pode ser facilmente atravessado por oscilações de mercado. (CASTEL, 1998, p.219) Henrique Espada Lima, por um viés diferente, mas recorrendo à obra de Castel, afirma que os libertos tiveram opções restritas. Suas ocupações, muitas vezes não eram especializadas e ainda tinham de se sustentar completamente sozinhos. Sem casa, sem pano e sem botica assegurada pelo senhor os libertos e seus descendentes se deparam com um aumento de sua vulnerabilidade econômica e social. (LIMA, 2009, p.312)

Ainda que não tivesse que negociar sua força de trabalho e não estivessem sob o julgo de um contratador, Anna e Joaquim viviam o perigo diário de terem seu sustento ameaçado ou extinguido, seja por uma multa, por um processo oneroso na justiça. Não possuíam bens que pudessem torná-los remediados a ponto de não temer a miséria. Semelhante aos trabalhadores livres, os pequenos comerciantes reconheciam nas suas vidas as dificuldades de se sustentar.

Se no final da primeira metade do século XIX, existia a possibilidade de ascensão social e mobilidade financeira para o pequeno comerciante, no decorrer do século, essa possibilidade ia se esvaindo. As condições que os pequenos comerciantes, principalmente os libertos e seus descendentes, passaram a encontrar na gerência de

⁸ Cf: CMU, P: 7002, of:3.

seus estabelecimentos tornavam sua subsistência mais vulnerável. Os impostos aumentavam e as cobranças eram diversas, desde ter sua casa caiada até , assim como a fiscalização e as denúncias. Os espaços de comércio se tornavam cada vez mais restritos. A insegurança estrutural característica aos trabalhadores livres também fazia parte do cotidiano dos pequenos comerciantes pardos, que, além de arcarem com cargas altas de impostos tinham que se livrar de denúncias e ofensas.

Acredito que os pequenos comerciantes pardos se aproximam mais do que Marcel van der Linden denomina de “trabalhadores subalternos”. Mesmo que não tenham que vender sua força de trabalho em nenhuma instância, vivem sob uma série de privações e opressões – olhos preconceituosos dos fiscais – tendo que estabelecer contrato com capitalistas – grandes produtores de aguardente e carne – para poderem se sustentar. (LINDEN, 2005, p. 27-29)

O que também parece comum tanto aos pequenos comerciantes aqui analisados quanto aos denominados trabalhadores livres, é a necessidade de uma rede de solidariedade que permitisse driblar a incerteza diária. Tanto para Mike Savage quanto para Lima e Linden, as redes de solidariedade têm grande importância na análise da experiência dos trabalhadores. Sem restringir o estudo ao mercado de trabalho ou a suas oscilações, os autores afirmam que as estratégias traçadas na vida cotidiana, no bairro, no lar, no convívio social, são fundamentais para compreender a formação de uma classe e suas táticas. (SAVAGE, LIMA, LINDEN)

Ainda que bastante diferentes entre si, trajetórias de Anna e Joaquim guardam similaridades notáveis. Os dois comerciantes, mesmo estando do lado mais fraco da corda, se preocupavam em se relacionar com pessoas influentes. Durante o Auto de recurso do casal que ofendia constantemente Aninha, diversas testemunhas afirmavam que essa última tinha “muita amizade com o inspetor.” Era vista por vezes conversando com ele em seu botequim. Os acusados chegam a afirmar até que o inspetor frequentava também a cama de Aninha.

Joaquim Américo não poupou esforços em se defender ao descobrir que o denunciante era Ricardo Gumbleton Daunt, um importante médico da cidade. Daunt, por vezes, denunciava estabelecimentos, mesmo ele não os frequentando, como no caso do açougue, cuja compradora habitual era uma escrava do médico. Joaquim consegue provar inocência, mas para tal recorreu a alguns de seus consumidores e amigos como

Raymundo Luis de Matos, grande comerciante de aguardente da cidade. Mesmo tendo um importante médico e dois escravos desse, acusando seu estabelecimento e sua conduta, Joaquim conseguiu comprovar que a banha corroída ou não era a mesma que fora comprada no açougue ou fora armazenada de modo irregular na casa do próprio Daunt. No entanto, acredito, que se tivesse dependido apenas da avaliação fiscal e de sua própria versão dos acontecimentos, Joaquim teria que pagar a multa. Conseguiu, no entanto, reunir testemunhas tão importantes quanto o denunciante, colocando os dois lados da querela em igualdade.

O mesmo acontecera com Aninha Sigarreira, que além de mulher solteira com filhas era dona de botequim. As pessoas que eram próximas a ela eram tão ou mais pobres que Anna. Amigas lavadeiras e costureiras não puderam emprestar dinheiro para que Anna conseguisse se queixar e evitar mais brigas. No entanto, mantinha muita amizade com o inspetor do quarteirão, o que além de garantir um *termo de bem viver* para os arruaceiros, provavelmente garantiu que as ofensas físicas tenha sido apenas em direção a sua cachorrinha e não a sua pessoa.

Os casos de Anna e Joaquim, apesar de representarem uma pequena amostragem, nos auxiliam a refletir sobre alguns pontos importantes. Se nos tivéssemos atido às categorias clássicas de classe como Proletários e Capitalistas, ou como uma classe extremamente privilegiada de libertos e brancos pobres, teríamos colocado Anninha e Joaquim Américo lado a lado à Michelina do Amaral Pompeo, Raymundo Luis de Mattos e Senhorinha Cabot, grandes comerciantes de Campinas. Estariam, erroneamente, compartilhando espaço com os mesmos comerciantes que os denunciavam, escreviam cartas aos jornais e à Câmara Municipal argumentando que a presença do pequeno comércio era atraso para a cidade e focos de doenças.

Pelo contrário, donas de botequim e donos de açougue viviam sob condições muito próximas às dos trabalhadores. A importância de ampliar o conceito de trabalhadores para “trabalhadores subalternos” não se limita a uma questão de número de categorias que nela cabem, mas na maneira de se analisar as experiências. A análise não pode ser mais apreendida, exclusivamente, no âmbito do trabalho, mas deve considerar também mobilidade social entre gerações, as redes de solidariedade e as condições sob as quais viviam, mudanças de âmbito nacional e local. A apresentação da trajetória, principalmente de Joaquim, transforma o caso aqui apresentado. O

comerciante é ciente de que não é como os demais, está no lado mais fraco da corda e, assim como Anna, constrói redes de solidariedade para não perder seu sustento.

BIBLIOGRAFIA

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998. p.219-220.

FRACCARO, Laura C. *Negras e forras no comércio a retalho em Campinas:1830-1870*. Monografia defendida em 2009 sob orientação do Prof. Dr. Robert W. A. Slenes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp.

FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

KUZNESOF, Elisabeth Anne. "The role of the female-headed household in brazilian modernization: São Paulo 1765 to 1836", *Journal of Social History*, Vol.13, n.4, 1980.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo, EDUSP. 1996.

LIMA, Henrique Espada. "Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX." *Topoi*, v.6, n.11.

LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História, Franca*, v. 24, n. 2, 2005, p..27-29.

MARTINS, Valter. *História de Compra e Venda: Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859-1908. (tese de doutorado, FFLCH, USP, 2001)*,p.39.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização,São Paulo 1850-1900*. Ed. Alameda, 2005.

SAVAGE, Mike. "Classe e História do Trabalho", in Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/CECULT, 2004, p.33.

SCOTT, James C. *The moral economy of the Peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.